



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14430 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT11 - Política de Educação Superior

PRÁTICA DOCENTE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA SOBRE A INCLUSÃO DE INDÍGENAS EM LICENCIATURAS DE CURSOS REGULARES NAS UNIVERSIDADES
 Elisângela Andrade do Nascimento - UFRR-PPGE - Universidade Federal de Roraima
 Agência e/ou Instituição Financiadora: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

PRÁTICA DOCENTE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA SOBRE A INCLUSÃO DE INDÍGENAS EM LICENCIATURAS DE CURSOS REGULARES NAS UNIVERSIDADES

Resumo: A pesquisa teve como objetivo analisar as práticas pedagógicas em licenciaturas de cursos regulares que incluem a presença indígena, a fim de compreender como o diálogo intercultural é construído na formação de professores. A abordagem utilizada foi qualitativa, empregando pesquisa bibliográfica e documental como estratégia investigativa. Foram analisadas as produções da ANPEd no tema entre os anos 2000 e 2021, bem como as principais legislações sobre a Educação Superior. Durante a pesquisa, constatou-se que as normatizações sobre Educação Indígena visam, principalmente, garantir o acesso à educação nas próprias comunidades indígenas ou criar licenciaturas específicas. No entanto, essas leis são aplicadas de maneira superficial na inserção dessa população em cursos regulares do Ensino Superior, deixando os docentes sobrecarregados com práticas educativas que não consideram o diálogo intercultural e a responsabilidade pelos possíveis fracassos desse processo. A pesquisa demonstrou a necessidade de se pensar em diretrizes específicas, com o protagonismo dos povos originários, para a sua plena inclusão no ambiente universitário. É preciso considerar a complexidade que esse fenômeno exige, uma vez que os movimentos iniciais desse processo ainda são incipientes.

Palavras-chave: Educação Superior Indígena; prática educativa; diálogo intercultural.

Introdução

A história da Educação Escolar Indígena no Brasil começou como uma tentativa de assimilação e integração dos povos indígenas à sociedade nacional. No entanto, com o tempo, os indígenas transformaram essa educação em uma importante estratégia de defesa de seus territórios e passaram a dominar as ferramentas necessárias para a construção de políticas objetivas que apoiam suas lutas.

A Educação Diferenciada e Intercultural tornou-se uma questão central para muitas etnias, com as lutas territoriais, porque o território é fundamental para a vida desses povos e carrega todo o seu simbolismo cosmológico (KAWAKAMI, 2017).

Os povos indígenas passaram a ver a educação formal como uma estratégia fundamental na luta pela defesa de seus territórios e direitos. Ao longo do tempo, eles foram capazes de ressignificar a educação, reconhecendo-a como um meio de adquirir habilidades e ferramentas necessárias para sua luta política. Com isso, a educação passou a ser uma demanda dos povos indígenas, que passou a reivindicar também por Ensino Superior (AMARAL; BAIBICH-FARIA, 2010).

De acordo com Grupioni (2000), a Educação Indígena saiu do gueto e se tornou um tema de destaque no movimento indígena e na agenda dos responsáveis pela gestão dos processos educativos no estado. A busca por soluções ponderadas para as demandas da educação indígena é urgente e representa um avanço significativo. A educação diferenciada indígena é reconhecida como uma importante conquista dos povos que lutaram por ela diante da omissão do Estado e proteção da desigualdade étnica, social e econômica organizada. Isso condenou minorias, como negros e indígenas, a uma vida de marginalização, preconceito e violência. O paradigma da suposta integração foi superado pela busca da valorização e proteção da cultura dos povos originários.

Na década de 1970, a luta pela educação como direito ganhou visibilidade e transformou a relação dos povos indígenas com o Estado, passando estes a entender a educação formal como instrumento de defesa e fortalecimento comunitário. Inicialmente, lutaram para garantir a educação básica em suas terras, conforme estabelecido pela Convenção 169 da OIT, pela Constituição Federal de 1988 e pela LDB 9.394/96. Isso permitiu a educação escolar em suas comunidades, mas eles também precisavam de acesso ao Ensino Superior.

Uma diferença importante entre a Educação Indígena Diferenciada em suas terras e o acesso ao Ensino Superior é que este último exige que os indígenas sejam expostos a um ambiente hostil fora de suas terras. Muitas universidades não foram preparadas para recebê-los ou permitir que eles falem por si mesmos. No entanto, os indígenas estão desafiando as estruturas coloniais sobre a forma como o conhecimento é construído simplesmente pela sua presença nas universidades.

Com o objetivo de compreender como ocorre o diálogo intercultural na formação de professores, esta pesquisa examinou as práticas pedagógicas em cursos regulares de formação de professores que tiveram alunos indígenas. Foram investigadas produções que envolvem a didática de professores de cursos superiores que contam com a presença desses alunos. A pesquisa destacou a importância do diálogo intercultural e do questionamento dos padrões de educação na prática educacional, pois estão relacionados às noções de inclusão mediadas pelo Estado, assim como à autonomia e à identidade de tais povos na Educação Superior.

A Educação Escolar Indígena surgiu como uma tentativa de assimilar e integrar esses grandes grupos à sociedade nacional. No entanto, ao longo do tempo, os indígenas redefiniram essa educação e passaram a vê-la como uma estratégia importante para defender seus territórios e dominar como ferramentas necessárias para construir políticas objetivas de apoio às suas lutas (URQUIZA; BRAND; NASCIMENTO, 2011). Ainda há muito a ser feito no campo

educacional, especialmente no Ensino Superior, e em outras questões que envolvem a temática indígena, como a defesa de suas terras. É importante ressaltar que a Educação Indígena Diferenciada e Intercultural é uma questão central para muitas etnias e uma forma de resistência ao apagamento cultural.

Metodologia

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica sobre Educação Superior Indígena a partir da análise das publicações da Associação Nacional dos Pesquisadores em Educação (ANPEd) entre 2000 e 2021 – pesquisa bibliográfica do tipo estado do conhecimento (ROMANOWSKI; ENS, 2006) e documental (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Para escolher os materiais que seriam incluídos no estado do conhecimento, foi realizado um processo de busca, utilizando-se de descritores e critérios de inclusão e exclusão preestabelecidos, que estavam relacionados ao tema da pesquisa. No estudo em questão, foram encontrados e analisados 80 trabalhos, utilizando-se inicialmente tal conjunto de descritores. Posteriormente, fez-se uma segunda busca com os descritores “Educação Superior”, “prática docente” e “interculturalidade”, presentes em um conjunto de 22 artigos. Após a leitura desses trabalhos, foram excluídos aqueles que abordavam os temas relacionados à Educação Especial, Educação Fundamental e Ensino Médio, chegou-se em 7 artigos com objeto específico de análise.

Para sistematizar os dados, foram utilizados os três passos sugeridos por Bardin (1979): pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. A coleta de dados documentais foi realizada em dois passos. No primeiro, identificaram-se, em legislações domésticas e em acordos internacionais em que o Brasil é signatário, os principais documentos que abordam a Educação Escolar Indígena. Em seguida, buscou-se analisar quais deles são frequentes na regulamentação da inserção indígena no contexto intercultural universitário.

Resultados e discussões

Observou-se, de modo geral, a problemática da falta de políticas públicas específicas para a inserção de indígenas em cursos regulares, a partir da análise dos sete trabalhos selecionados, destacando que o desafio maior recai sobre a prática educativa do dia a dia. É apontada a necessidade de superar o modelo de integração que marcou a história da educação indígena com relações de poder e discursos construídos sobre cultura e identidade, o que perpassa as tentativas de construção de um currículo intercultural.

O currículo é destacado como um documento institucional que expressa o que se manifesta nas relações sociais, sendo um importante instrumento de produção, negociação e reprodução das condições e contradições presentes na sociedade e na universidade (SILVA, 1999). É mencionado que mesmo os currículos das escolas indígenas são expressivos e desconsideram os saberes locais, o que reforça a dificuldade do Estado em reconhecer os direitos indígenas por uma escola diferenciada, específica e intercultural (LIMA, 2011).

Os trabalhos analisados destacam a importância de a universidade estar aberta à realidade contextual de seus alunos, para melhor compreendê-los e almejar uma prática docente mais efetiva, além de estar disposta a aprender em suas relações com o contexto concreto, real (PAVAN; LOPES, 2013). É ressaltado que a cultura atravessa o currículo, e que o currículo hegemônico só reforça práticas educativas que excluem os indígenas.

Por fim, ressalta-se que é exatamente o papel do professor no processo de ensino

aprendizagem do aluno indígena uma das peças de maior importância para se edificar um diálogo intercultural na universidade. Afinal, quão complexo é refletir sobre as heranças coloniais, uma vez que muitas vezes, sem perceber, reproduzimos falas e práticas carregadas de preconceito, mas é necessário buscar a superação dessas barreiras para construir uma educação mais inclusiva e intercultural.

Conclusão

A trajetória do direito à Educação Diferenciada e Intercultural é uma grande conquista dos povos indígenas. Isso significa que eles têm o direito de pensar e criar seus próprios processos de ensino e aprendizagem. Na Educação Escolar Indígena, realizada nas comunidades, houve aprendizagens, como o desenvolvimento de currículos e programas educacionais específicos.

No Ensino Superior, a educação indígena busca garantir o reconhecimento das especificidades culturais dos povos. No entanto, muitas vezes, as leis que regem a Educação Indígena são transplantadas para o ambiente universitário, o que leva a uma inserção improvisada, com políticas públicas insuficientes e pouco embasamento teórico. Isso cria um descompasso, pois a garantia da Educação Diferenciada e Intercultural é incompatível com a lógica capitalista que estrutura a universidade.

O desafio da universidade é repensar suas concepções de ensino para coletividades a partir de currículos interculturais que valorizem a visão e os saberes dos oprimidos e subalternos. Isso implica em transformar o espaço universitário em um espaço de diálogo e alteridade. No entanto, muitas práticas didáticas ainda estão descoladas do diálogo intercultural o que faz com que a universidade transfira a sua responsabilidade pelos fracassos desse processo para o professor.

Para a inserção dos indígenas no Ensino Superior, são necessárias diretrizes específicas, com o protagonismo desses sujeitos, levando em consideração a complexidade do fenômeno. Esse processo ainda é incipiente, assim como no campo da pesquisa científica. Portanto, é fundamental que a universidade se engaje nessa proposta e assuma sua responsabilidade na construção de novas epistemologias e pedagogias decoloniais e interculturais.

Trabalhos analisados

AMARAL, Roberto Wagner do; BAIBICH-FARIA, Tânia M. As trajetórias dos estudantes indígenas nas Universidades Estaduais do Paraná. 2010. Trabalho apresentado no GT 21, Educação e Relações Étnico-Raciais. **Anais da 33ª Reunião Científica da ANPEd**, Caxambu, outubro de 2010. Disponível em: <http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20e%20PDFGT21-6218--Int.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

KAWAKAMI, Érica Aparecida. Etnicizando o Currículo: notas a partir da presença indígena na universidade. Trabalho apresentado no GT 12, Currículo. **Anais da 38ª Reunião Científica da ANPEd**, São Luiz, outubro de 2017. ISSN: 2447-2808. Disponível em: http://38reuniao.anped.org.br/sites/default/files/resources/programacao_trabalho_38anped_2017.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

LIMA, Sônia Filiú Albuquerque. Identidades/diferenças indígenas nas teias de um currículo universitário. Trabalho apresentado no GT 21, Educação e Relações Étnico-Raciais. **Anais da**

34a Reunião Científica da ANPEd, Natal, outubro de 2011. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT21/GT21-1039%20int.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

PAVAN, Ruth. Exclusão social, escola (indígena) e currículo (intercultural): as reflexões de acadêmicos (Professores) Indígenas. Trabalho apresentado no GT 12, Currículo. **Anais da 35a Reunião Científica da ANPEd**, Porto de Galinhas, outubro de 2012. ISSN: 2447-2808. Disponível em: http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT12%20Trabalhos/GT12-1312_int.pdf. Acesso em: 10 nov. 2020.

PAVAN, Ruth; LOPES, Cristina Lima Paniago. A construção de um diálogo intercultural com indígenas por meio da pesquisa-ação não-convencional. Trabalho apresentado no GT 21, Educação e Relações Étnico-Raciais. **Anais da 36ª Reunião Científica da ANPEd**, Goiânia, outubro de 2013. ISSN: 2447-2808. Disponível em: http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt21_trabalhos_pdfs/gt21_2726_texto. Acesso em: 10 nov. 2020.

URQUIZA, Antonio Hilario Aguilera; BRAND, Antônio Jacó; NASCIMENTO, Adir Casaro. Acadêmicos Indígenas em Mato Grosso do Sul – Saberes Tradicionais e as Lutas por Autonomia de seus Povos. Trabalho apresentado no GT 11, Política de Educação Superior. **Anais da 34a Reunião Científica da ANPEd**, Natal, outubro de 2011. ISSN: 2447-2808. Disponível em: <http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-1023%20int.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2020.

WENDLAND, Carine Josiéle. Poética Intercultural na universidade geocultural: aprendizagens complementares no encontro entre mundos. Trabalho apresentado no GT 21, Educação e Relações Étnico-Raciais. **Anais da 40a Reunião Científica da ANPEd**, Pará, set-out de 2021. ISSN: 2447-2808. Disponível em: http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_30_22. Acesso em: 15 jun. 2022.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: 70, 1979.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. **Convenção 169/OIT** – Decreto nº 5.051/2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394**. Brasília, DF: Secretaria de Educação Fundamental, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 20 jan. 2021.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. A educação escolar indígena no Brasil: a passos lentos. In: RICARDO, Carlos Alberto (Org.). **Povos indígenas no Brasil – 1996/2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação. **Diálogo educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set./dez. 2006.

SILVA, Tadeu Tomaz da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.